

1 **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
2 **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

3 **ATA 13/98 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**

4 Aos vinte e três dias do mês de julho de 1998, reuniu-se no auditório da SMS - 2º  
5 andar, a plenária do CMS/POA, para deliberar sobre a seguinte pauta: **Protocolo de**  
6 **Enfermagem, BCG Hospitalar e Avaliação do Programa “Porto Alegre Respira**  
7 **Aliviada”**. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Rosângela Gomes Ferro,  
8 Ramon Saraiva D’Galisteo, Maria Luiza G. de Miranda, Giovana R. Monteiro, Ricardo  
9 Rühling, Cecília N. Pedroso, Clélia Machado, Regina A. Rodrigues, Raquel C.  
10 Rodrigues, Jussara Gue Martini, Luiza M. Ribeiro, Cláudio G. Teixeira, Célia P.  
11 Medeiros, Maria Rejane Seibel, Tatiane da Silva, Maria Geneci Silveira, Lúcio Borges  
12 Barcelos, Maria S. da Fonseca, Roger dos Santos Rosa, Delmar O. da Silveira, José  
13 Nilton Flores, Liberaci Brum da Rosa, Marta Picinini, Irma M. de Oliveira, Ana Lucia  
14 Ribascik, Neusa Heinzelmam, Ana Lúcia A. Menzel e Nelci Dias da Silva. Estiveram  
15 presentes também os seguintes não Conselheiros: Hughette Chinepe - Comissão de  
16 Saúde Mental, Lilia M. R. Silva - U.S Chácara da Fumaça, Milton Barbosa - CLS 9,  
17 Donatela D. Ramos - Ambulatório Básico/CSVC, Luiz F. Kunz Júnior - SMS/ CVS,  
18 Haroldo de Andrade - Particular, Gisele A. Pereira - EENF/UFRGS, Loraine B. do  
19 Nascimento - COREN/RS, Neusa Berlese - U.S Pequena Casa da Criança, Maria  
20 Regina V. Brito - SMS/ CVS/ECE, Vivian V. Pacheco - U.S Chácara da Fumaça, Norma  
21 B. Pereira - U.S São José, Ana Maria Haase - SMS/Gerência Distrital 6, Maria L.  
22 Baldasso - CLS 4, Giovana Auozani, Jorge Amaral e Lorena Ltach - UNIJUÍ, Adriana  
23 Tergolina - PSF Vila Fátima/Mato Sampaio, Cecília Weizenmam - PSF Vila Pinto,  
24 Nadia de Souza - Unidade Básica/CSVC, Nilza S. de Quadros - PSF Viçosa, Maria  
25 Letícia Garcia - CLS 4, Márcia E. Weber - U.S Rubem Berta, Sibebe Fuentes -  
26 ASSEPLA/SMS, Miria Patines - SMS/Gerência Distrital 2, Lisiane Acosta - U.S Mapa,  
27 Gisele Prussler - Gerência Distrital 3, Raquel B. Rodrigues - PSF Santa Anita, Taís  
28 Soares Feldens - PSF São Pedro, Anaide de S. Geyer, Cristiane B. de Oliveira e  
29 Deborah Xavier - CVS/Equipe de Produtos, Fabrizio Motta - Medicina/FFFCMPA, Luiz  
30 Carlos Pitoni, Gerência Distrital 4, Sônia R. Coradini - U.S Vila Gaúcha, Teresinha A.  
31 Maraskin - Gerência Distrital 2, Maria das Graças - U.S Vila Cruzeiro do Sul, Adriano M.  
32 da Silva - Associação Movimento Residencial e Silvia Martins - CMS. Coordenador  
33 Humberto inicia a reunião colocando a pauta e após a plenária se apresenta.  
34 Coordenador Humberto esclarece que quem representou o CMS no Seminário  
35 realizado pela Temática de Saúde e Assistência Social foi o Conselheiro Roger dos  
36 Santos Rosa. A ata é aprovada com 17 votos a favor e 05 abstenções. Informa que a  
37 avaliação do Programa “Porto Alegre Respira Aliviada” não será realizada, pois a Dr.<sup>a</sup>  
38 Elizabeth Watchow não poderá comparecer à reunião. **Informações da Plenária:**  
39 **Medicamentos:** Farmacêutica Cintia Alt Cavada, Coordenadora da Equipe de Produtos  
40 da Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde, relata que no período de 01/01 a  
41 15/07/98 foram realizadas 83 notificações, 36 infrações e 24 interdições em farmácias e  
42 drogas. No primeiro semestre no geral, foram realizadas 383 vistorias, 98  
43 reclamações, 195 notificações, 96 infrações, 32 interdições e 101 autos de apreensão.  
44 Faz a leitura do relatório das fiscalizações realizadas nas distribuidoras de POA no  
45 período de 02 a 04 de junho de 1998 (em anexo). Juntamente com o Coordenador Luiz  
46 Fellipe Kunz Júnior colocam-se à disposição para maiores esclarecimentos e a  
47 disponibilidade de participar em outras reuniões do CMS. Conselheiro Roger fala sobre  
48 sua participação no Seminário do Orçamento Participativo, onde fez uma retrospectiva  
49 do CMS, ou seja da CIMS - Comissão Interinstitucional de Saúde até os dias de hoje,  
50 do Plano de Investimentos apresentado pela Secretaria ao CMS e que encontra-se no  
51 caderno do Orçamento Participativo tal como foi aprovado pela plenária. Enfatizou, no  
52 entanto, o tempo para a apresentação, ou seja, menos de uma hora para a SMS e o  
53 CMS. Sr.<sup>a</sup> Silvia, da Secretaria Executiva do CMS relata a avaliação do Seminário, no  
54 qual todos os participantes salientaram o pouco tempo para a Saúde e os elogios à  
55 apresentação realizado pelo Conselheiro Roger. Representante da Associação dos

56 Servidores do Hospital Presidente Vargas fala da reunião com o Secretário da SMS  
57 onde foi tratado a falta de médicos no 3º andar. O plantão noturno é realizado por um  
58 médico residente. **Vacina BCG:** Dr.<sup>a</sup> Maria Regina V. Brito, da Equipe de Controle  
59 Epidemiológico do CVS, informa que a dificuldade de se aplicar esta vacina é que  
60 requer um treinamento muito mais cuidadoso que as outras. Se mal aplicada pode  
61 causar problemas graves na criança, como necrose muscular, adenite satélite, com  
62 necessidade de tratamento por rifampina durante seis meses. Fala da dificuldade na  
63 rede municipal que não tem pessoal treinado, mas que este ano está sendo  
64 capacitado. Em relação aos hospitais só três tem sala de vacinas, Clínicas, Conceição  
65 e Presidente Vargas e mesmo nesses, o acesso não tem sido fácil para a SMS. Pensa-  
66 se em implantar sim o BCG hospitalar, mas não tem data, porque envolve a própria  
67 estrutura de recursos humanos dos hospitais que devem ser treinados pela SMS para  
68 trabalhar exclusivamente na sala de vacinas. A idéia é criar uma portaria obrigando os  
69 hospitais a terem sala de vacinas para aplicar o BCG no próprio hospital, após o parto.  
70 Sr.<sup>a</sup> Teresinha Maraskin lembra que pode-se também aplicar a hepatite B. Dr.<sup>a</sup> Regina  
71 fala que é preciso também a rubéola monovalente dentro do programa de erradicação  
72 da rubéola congênita, pois é a única maneira de ter certeza que a mulher não está  
73 grávida e tem que ser hospitalar. Para isso não se tem data, pois é preciso  
74 desencadear e concluir a elaboração de normas técnicas, para sala de vacinas, com  
75 início previsto para 1999. Só assim será possível realizar a fiscalização de salas e  
76 clínicas de vacinas, para garantir a qualidade. **Protocolo de Enfermagem:** Enfermeira  
77 Sibeles Fuentes apresenta o Protocolo representando o Dr. Ricardo Kuchenbecker,  
78 Coordenador da ASSEPLA, que encontra-se em reunião. Relata que em 1991 foi  
79 elaborado um protocolo por técnicos da SMS e que encontra-se registrado no COREN.  
80 Este protocolo respalda ações da Políticas do Ministério da Saúde relacionados à  
81 criança, mulher, adulto e saúde mental e ao retomar a discussão em 1995 houve um  
82 resgate do protocolo anterior. Foi formada uma comissão composta de Enfermeiros  
83 para completá-lo, com apoio da ASSEPLA, havendo no período de 95 a 98 reuniões  
84 com os Coordenadores das Políticas da criança, da mulher e do adulto. Em 1998 foi  
85 aprovado o protocolo no que se refere à saúde da criança, mulher, procedimentos e a  
86 saúde do adulto não foi aprovada na íntegra. A proposta da ASSEPLA é que se aprove  
87 parcialmente o protocolo, pois a Saúde da criança e da mulher já foram aprovadas,  
88 ficando somente a saúde do adulto para posterior aprovação. Os técnicos da ASSEPLA  
89 que coordenam esta política propõe que se faça um seminário para discussões das  
90 normas e rotinas destas políticas onde então seria discutido as competências dos  
91 profissionais. Conselheira Jussara complementa dizendo que em 1996 este protocolo  
92 foi apresentado ao Secretário Henrique Mota, o qual sugeriu que fosse encaminhado  
93 junto a ASSEPLA. Em 1997 foi também apresentado ao Secretário Henrique Fontana  
94 que enfatizou que prosseguíssemos com este trabalho e teve a mesma conduta do  
95 Secretário Mota. Em 1998 foi retomado este trabalho para sua finalização e aprovação.  
96 Enfermeira Sibeles faz a leitura do memorando encaminhado ao Secretário da SMS:  
97 “Estamos encaminhando para seu conhecimento e apreciação o Protocolo e Rotinas  
98 para Prescrição e Transcrição de Medicamentos, solicitação de Exames Laboratoriais e  
99 Procedimentos para enfermeiros que atuam nos Ambulatórios de Saúde Pública da  
100 Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre. Este protocolo foi discutido com o  
101 grupo de trabalho que o elaborou e com os coordenadores das Políticas desta  
102 ASSEPLA. No dia 15 de julho do corrente ano, em reunião de coordenação da  
103 ASSEPLA, decidiu-se aprovar o referido Protocolo para sua assinatura, no que se  
104 refere à Saúde da Criança, da Mulher e Procedimentos nas áreas mencionadas, visto  
105 que os mesmos foram aprovados pelas coordenações destas Políticas. Salientamos  
106 que o protocolo deve necessariamente ser parte integrante de normas técnicas e  
107 rotinas operacionais abrangendo as áreas supracitadas. Entretanto, estas normas  
108 técnicas ainda não estão concluídas. Dessa forma, o Protocolo foi aprovado de modo a  
109 estabelecer uma regulação e respaldo institucional aos enfermeiros frente as ações  
110 nele incluídas”. Após Coordenador Humberto abre as inscrições para o debate.

111 Conselheira Irma Oliveira pergunta a quem reclamar sobre o mal atendimento prestado  
112 pelos Auxiliares de Enfermagem à pacientes renais. Sr.<sup>a</sup> Lisiane Acosta fala que o  
113 Protocolo é baseado no do Grupo Hospitalar Conceição - GHC criado em 1993.  
114 Conselheira Jussara Martini cita a legislação que dá competência à Enfermagem para  
115 atendimento. Enfermeira Thaís Feldens fala que nos PSF, 50% dos programas é a  
116 enfermagem que realiza. A consulta da enfermagem tem ótica na prevenção e também  
117 na prescrição para prevenir o agravo. Conselheira Neusa Heinzelmann fala que já  
118 havia respaldo da instituição, assinado pela ex-secretária Luiza Jaeger em 1991. O  
119 grupo preocupou-se em melhorar o protocolo já existente e surpreende-se com o  
120 retrocesso principalmente na Política de Saúde do Adulto. Conselheira Rejane Seibel  
121 diz que este assunto foi discutido no Sindicato dos Enfermeiros e pergunta porque não  
122 foi aprovada a política relacionada à Saúde do Adulto, quais as divergências.  
123 Enfermeira Sibebe responde que a polêmica é sobre a transcrição do medicamento.  
124 Esta política ainda não estabeleceu suas normas e rotinas. Cita, por solicitação da  
125 plenária o nome do Dr. Selligmam e Dr. Ricardo que fazem parte da Política do Adulto.  
126 Conselheira Jussara fala que nenhum dos profissionais desta coordenação negaram-se  
127 à aprovação, apenas citaram dúvidas sobre às medicações propostas no protocolo.  
128 Enfatizou o problema da transcrição no caso de pacientes crônicos. Conselheira  
129 Rejane esclarece que existem normas para hipertensão e o vinha sendo feito na SMS é  
130 transcrição e não prescrição faltando assinatura do protocolo da Política de Saúde do  
131 Adulto pela SMS. Sr.<sup>a</sup> Loraine do Nascimento - vice-presidente do COREN, fala da  
132 discussão iniciada no GHC em 1998 sobre consultas de enfermagem. O objetivo da  
133 consulta de enfermagem não é a prescrição. É importante ter programa, local, dia e  
134 hora marcada com agendamento e cadastrar pacientes. O enfermeiro pode solicitar  
135 exames para agilizar a resolução dos problemas, antes da consulta médica. Após lê a  
136 resolução do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN sobre consultas de  
137 enfermagem. Sr.<sup>a</sup> Norma Pereira pergunta quando será aprovado o protocolo. Sr.<sup>a</sup>  
138 Huguette Chinepe fala que ouviu “a criança, a mulher e o adulto” e pergunta se mulher  
139 não é adulto. Sr. Paulo, da Associação de Moradores Rubem Berta fala que 50% dos  
140 casos são resolvidos pela Enfermeira, pois o médico é o fim e a Enfermeira é o meio.  
141 Pede à SMS que aprove a assinatura do documento. Conselheira Giovana Monteiro  
142 registra seu protesto em relação à Equipe de Saúde do Adulto que não encontram-se  
143 presentes e sugere um Seminário de capacitação sobre o protocolo. Conselheira Nelci  
144 da Silva fala que os Enfermeiros não podem ser impedidos de atuar de acordo com o  
145 protocolo em vigor registrado no COREN em 1991 e considera louvável a busca da  
146 melhoria do protocolo. Fala que a SMS e CMS devem-se preocupar em alcançar o  
147 modelo assistencial preconizado pelo SUS. Sugere que seja cumprido o de 1991 e  
148 dado um prazo para o atual. Conselheiro Ricardo fala que não está em discussão a  
149 transcrição, sua preocupação é com a prescrição de alguns fármacos como antibióticos  
150 ou outros por via parenteral. É importante o aperfeiçoamento do protocolo para  
151 prescrição da medicação. Pergunta se a enfermeira está atuando dessa forma onde  
152 está o médico. Gerente Distrital Pitoni fala que existe um protocolo praticamente  
153 desconhecido. Sugere que se use o atual e para os programas que não tem rotina na  
154 instituição, sugere os programas do Ministério da Saúde. Coordenador Humberto  
155 propõe encaminhar ao CREMERS as informações sobre o exercício profissional da  
156 Enfermeira após aprovação do Protocolo. Secretário Lúcio Barcelos faz um resgate da  
157 história, sugere que o CMS estabeleça um prazo para a SMS agilizar o protocolo e  
158 após realizar um seminário. Encaminhamentos: Prazo de quinze dias para a SMS  
159 assinar o protocolo na integra e após retorno ao CMS para futuros encaminhamentos. A  
160 seguir Coordenador Humberto solicita à Sr.<sup>a</sup> Irma que encaminhe ao CMS as  
161 dificuldades enfrentadas pelos pacientes renais em relação ao mal atendimento  
162 prestado pelos Auxiliares de Enfermagem. Após faz a entrega da proposta de  
163 Identidade de Conselheiro para conhecimento da plenária. Conselheira Rejane sugere  
164 que a mesma tenha validade por seis meses, ficando aprovado. Informes da  
165 Secretaria Executiva: Sr.<sup>a</sup> Silvia informa as seguintes correspondências recebidas

166 pelo CMS: a) o Conselho do Orçamento Participativo convida a população para  
167 debater sobre as propostas do município para o Orçamento 99 do Estado, em Porto  
168 Alegre que será realizado nos próximos dias 22 e 25 de julho; b) a Reitoria da UFRGS  
169 convida para os eventos comemorativos aos 100 anos da Faculdade de Medicina, no  
170 dia 25 de julho às 9 horas no Hospital de Clínicas; c) 1ª Conferência Municipal de  
171 Saúde de Esteio, dia 25 de julho, com início às 8:30 horas; d) Marcha dos Sem, dia 23  
172 de julho, com concentração às 10 horas no Planetário, Av. Ipiranga com Ramiro  
173 Barcelos; e) lançamento do Relatório Azul, dia 22 de julho às 19 horas no auditório da  
174 Assembléia Legislativa do RS; f) festa dos 10 anos do Orçamento Participativo, dia 17  
175 de julho às 20 horas no Clube Farrapos; g) posse da nova Mesa Diretora do Conselho  
176 Estadual de Saúde/RS, dia 30 de julho às 14 horas no auditório do Ministério Público;  
177 h) Tribunal Permanente dos Povos, dia 29/7 às 9 horas na Assembléia Legislativa. Este  
178 Tribunal é um Órgão Internacional que investiga, julga e propõe soluções para  
179 questões sociais mundialmente relevantes, como guerras civis, problemas econômicos  
180 e políticos e crimes de lesa humanidade. Reconhecido pela ONU, o tribunal  
181 Permanente dos Povos envia suas sentenças às principais instituições internacionais.  
182 Criado pelo jurista italiano Lelio Basso, em 1979, o Tribunal Permanente dos Povos tem  
183 sede em Roma e é considerado herdeiro do Tribunal Bertrand Russel. Na sessão sul o  
184 tema será “A violação dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil” com  
185 abordagem na mortalidade materno-infantil. Nada mais tendo a tratar a reunião  
186 encerrou-se às 22 horas.

187

188

189

Silvia Décimo Martins  
Secretaria Executiva do CMS

Jane Pilar

Secretaria Executiva do CMS

190

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 06/08/1998.

191

192

193